



## 1ª PROVA ESCRITA QUESTÕES DISCURSIVAS

### INSTRUÇÕES:

1. Cada candidato receberá um caderno de prova que consta de quatro questões discursivas, bem como uma capa contendo folhas pautadas e em branco. A identificação será feita somente na capa da prova com o estado, nº de inscrição, nome e assinatura. Após a identificação do candidato na capa da prova, o coordenador da sala deverá lacrar o espaço da identificação, rubricando-o na sequência.
2. O candidato **NÃO** deverá se identificar nas folhas da prova.
3. O caderno de prova possui 2 (**duas**) páginas (**numeradas de 1 a 2**), devendo ser conferido pelo candidato previamente.
4. Nesta prova, o candidato poderá consultar diplomas normativos desacompanhados de anotações, comentários, exposição de motivos, transcrições jurisprudenciais ou súmulas, sendo permitidos textos de legislação esparsa, impressos em apenas uma face, desde que não ultrapassem 20 (vinte) folhas.
5. Na redação das provas escritas, o candidato usará caneta de tinta indelével azul ou preta; não será permitido o uso de qualquer tipo de corretivo para apagar ou corrigir eventuais erros de escrita cometidos pelo candidato na prova.
6. A prova terá duração de 04 (quatro) horas improrrogáveis.
7. Todas as folhas utilizadas pelo candidato deverão ser devolvidas, inclusive aquelas usadas como rascunho e em branco.



**1ª QUESTÃO (sugere-se que a resposta seja elaborada em no máximo duas laudas):**

Um médico ingressou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1980 como professor, pelo regime celetista, posteriormente convertido em cargo público pelo Regime Jurídico Único dos Servidores da União, aposentando-se em 2005 pelo regime próprio federal.

Ao mesmo tempo, laborou em consultório médico, efetuando as contribuições previdenciárias como contribuinte autônomo, e, completados o período e a carência necessários, requereu sua aposentação pelo Regime Geral de Previdência Social.

A Autarquia Previdenciária indeferiu a pretensão sob argumento de que o tempo como contribuinte individual (1980 a 1990) já foi utilizado na concessão da primeira aposentadoria, pelo regime próprio, uma vez que é vedada a contagem do tempo do serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes.

A partir do caso descrito, analise e fundamente:

- a) Está correto o indeferimento, feito pelo INSS, do benefício de aposentadoria como médico pelo Regime Geral da Previdência Social?
- b) É possível a cumulação das duas referidas aposentadorias, com aproveitamento de tempo de contribuição como médico contribuinte autônomo concomitante com período laborado como professor em Universidade Federal, mas com vínculo originário celetista?
- c) Discorra sobre os institutos envolvidos na solução do caso em tela, apontando a legislação incidente e os fundamentos pertinentes.

**2ª QUESTÃO (sugere-se que a resposta seja elaborada em no máximo duas laudas):**

Considerando as disposições constitucionais pertinentes ao tema e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relacionada ao processo legislativo de emenda à Constituição, discorra sobre os seguintes aspectos:

- a) limites procedimentais e circunstanciais ao poder de reforma;
- b) natureza, finalidade e alcance da proteção da *cláusula pétrea*;
- c) a *cláusula pétrea* da garantia do direito adquirido;
- d) *cláusulas pétreas* implícitas.

**3ª QUESTÃO (sugere-se que a resposta seja elaborada em no máximo duas laudas):**

O jurista J.C. Gray (*The Nature and Sources of Law*, 1902) dizia que “as leis são fontes do Direito, e não partes do Direito”. Ao seu lado, J. Austin (*The Province of Jurisprudence Determined*, 1932) frisava que “o direito constitucional é apenas a moral positiva”, enquanto Hans Kelsen (*Theory of Law and State*, 1949) visualizava por inteiro



um sistema jurídico-legal e, assim, enfatizava que “a primeira norma genuína instituindo a sanção está contida na segunda, e assim por diante”. Então, para H.L.A. Hart (*O Conceito do Direito*, 1961), o Direito passou a ser “uma união de regras primárias e secundárias”. Por sua vez, em *A Justiça de Toga*, Ronald Dworkin, apegado à importância dos princípios e da própria e correta justiça aplicada nos tribunais, utilizou passagem histórica como figura de retórica, para registrar que, “Quando Oliver Wendell Holmes era juiz da Suprema Corte, certa vez ele deu carona ao jovem Learned Hand, quando ia para o trabalho. Ao chegar a seu destino, Hand saltou, acenou para a carruagem que se afastava e gritou alegremente: ‘Faça justiça, juiz!’ Holmes pediu para o condutor que parasse e voltasse, para a surpresa de Hand. ‘Não é esse o meu trabalho!’, disse Holmes, debruçado na janela. A carruagem então fez meia-volta e partiu, levando Holmes para o trabalho, que, supostamente, não consistia em fazer justiça”. Para muitos e, em especial, para Alf Ross, “há uma relação entre o direito vigente e a ideia de justiça”. Portanto e sem dúvida, uma grande indagação jurídica por certo ainda persiste.

Nesse sentido, disserte sobre “o que é o direito” e sobre “como as convicções morais de um juiz podem influenciar seus julgamentos acerca do que é o direito”.

Em sua resposta deverá, necessariamente, também analisar e contextualizar:

- a) Justiça e Moral;
- b) Direito e Moral;
- c) Direito e Justiça;
- d) Política Jurídica.

**4ª QUESTÃO (sugere-se que a resposta seja elaborada em no máximo duas laudas):**

Em tema de validade, vigência e eficácia da lei no tempo, discorra sobre:

- a) diferenciação entre vigência, validade e eficácia da lei no tempo, no ambiente do Estado Constitucional de Direito;
- b) início da vigência da lei;
- c) término da vigência da lei;
- d) repristinação;
- e) causas patológicas de perda de validade, vigência e/ou eficácia da lei;
- f) ultratividade da lei (cite um exemplo de ultratividade da lei).